

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Termo de Referência 235/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
235/2025	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	CHRISTIAN ALLEY DE ARAGAO ALMEIDA	12/01/2026 11:33 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23289000239202562

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 AQUISIÇÕES COMUNS LICITAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS (Processo Administrativo nº 23289.000239/2025-62)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de medicamentos de uso veterinário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	CATMAT
1	CICATRIZANTE VETERINÁRIO À BASE DE ALCATRÃO VEGETAL ESTERILIZADO, PARA USO EXTERNO. TIPO MIOSTHAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. FRASCO CONTENDO300G. DICLORO DIVINIL PIRROLIDONA (D.D.V.P.) 3,000G ORTO-ORTO-DIMETIL-PARA-NITROFENIL-FOSFOROTIOATO 0,027GALCATRÃO VEGETAL ESTERILIZADO Q.S.P. 100,0ML	FRASCO 300G	4	R\$ 353,99	R\$ 1.415,96	409758
2	ANTIBIÓTICO DE USO VETERINÁRIO, TÓPICO À BASE DE TERRAMICINA/HIDROCORTISONA SPRAY. TIPO TERRA-CORTRIL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. FRASCO 74 G	FRASCO 74G /125mL	10	R\$ 31,57	R\$ 315,70	409021
3	ANTIPAPILOMATOSO À BASE CLOROBUTANOL 5 G INJETÁVEL. TIPO VERRUTRAT OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 20ML	10	R\$ 28,19	R\$ 281,90	425195

4	ANTIPARASITÁRIO VETERINÁRIO , À BASE DE CLORIDRATO DE LEVAMISOL, 75 G/100 ML, USO ORAL. TIPO RIPERCOL L SOLUÇÃO OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	LITRO	13	R\$ 134,71	R\$ 1.751,23	409334
5	BICARBONATO DE SÓDIO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À MAGNÉSIA CALCINADA, CARBONATO DE CÁLCIO OUTROS COMPONENTES: E SULFATO DE MAGNÉSIO CONCENTRAÇÃO: 10% + 5% + 5% + 80% APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL USO: USO VETERINÁRIO	500G	5	R\$ 41,31	R\$ 206,55	415525
6	BROMEXINA COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	6	R\$ 47,45	R\$ 284,70	410132
7	CETAMINA SAL QUÍMICO: CLORIDRATO CONCENTRAÇÃO*: 100 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA*: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	10	R\$ 91,40	R\$ 914,00	407462
8	CLOPROSTENOL CONCENTRAÇÃO 250MG/ML, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO. TIPO PROLISE OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.	FRASCO 50ML	4	R\$ 89,33	R\$ 357,32	409117
9	CORANTE TIPO*: CONJUNTO COLORAÇÃO PARA CÉLULAS SANGUÍNEAS COMPONENTES: EOSINA AZUL DE METILENO E SOLUÇÕES RINSE	CONJUNTO (KIT CORANTE 3 UNIDADES 500ML)	2	R\$ 146,88	R\$ 293,76	441782
10	COUMAFÓS USO: USO VETERINÁRIO FORMA FÍSICA: EM PÓ TÓPICO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO PROPOXUR CONCENTRAÇÃO: 3% + 2%	FRASCO 200G	12	R\$ 42,90	R\$ 514,80	409931
11	CREME DE USO VETERINÁRIO À BASE DE SALICILATO DE METILA, CONTENDO MÍNIMO DE 4% DE SALICILATO DE METILA, 1,7 % DE BÁLSAMO DO PERU, 1,8 % DE EXTRATO DE BELADONA E 1,0 % DE CÂNFORA. TIPO CALMINEX OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	BISNAGA (200G)	6	R\$ 61,38	R\$ 368,28	409286
12	DDVP Chlorfenvinphos associado a Dichlorvos CONCENTRAÇÃO: 0,52G/100mL + 0,83G/100mL FORMA FARMACÊUTICA: AEROSSOL APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 500ML	100	R\$ 21,13	R\$ 2.113,00	445287
13	EMBALAGEM CONTENDO 250ML. DELTAMETRINA CONCENTRAÇÃO: À 2,5% FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO PARA PULVERIZAÇÃO TÓPICA USO: USO VETERINÁRIO.	UNIDADE	10	R\$ 86,76	R\$ 867,60	422833
14	DETOMIDINA CLORIDRATO 1% , CONCENTRAÇÃO: A 1%; FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL; USO*: USO VETERINÁRIO.	FRASCO 10ML	10	R\$ 145,37	R\$ 1.453,70	409730
15	DIACETURATO DE DIMINAZENO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À VIT. B12 E ANTIPIRINA CONCENTRAÇÃO: 4% + 40 MCG + 40% FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	7	R\$ 88,11	R\$ 616,77	411465

16	EXTRATO DE HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE (FSH) INJETÁVEL, PARA USO VETERINÁRIO EM PROTOCOLOS DE IATF DE BOVINOS. TIPO FOLLTROPIN V OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 20ML	2	R\$ 2.696,59	R\$ 5.393,18	446117
17	FIO DE SUTURA AGULHADO, MATERIAL FIO: POLIGLACTINA VIOLETA; MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR; COMPONENTE FIO: RÁPIDA ABSORÇÃO; DIÂMETRO FIO: 0/1-0; COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO AGULHA: AGULHA 5/8 CÍRCULO; MODELO AGULHA: CILÍNDRICA; COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 26 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL; CAIXA COM 12 UNIDADES.	UNIDADE	1	R\$ 7,94	R\$ 7,94	604832
18	HEMOSTÁTICO TÓPICO À BASE Iodo, Percloroeto de Ferro e Tricloroetifosfonato (Triclorfon) USO VETERINÁRIO, TÓPICO. TIPO FRIEZOL ESTANKASANGUE OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 100ML	25	R\$ 24,50	R\$ 612,50	439488
19	COMPONENTES: ASSOCIADO AO PRAZIQUANTEL E VITAMINA E CONCENTRAÇÃO*: 0,120G + 1,5G + 0,6G FORMA FARMACÊUTICA*: GEL ORAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EM SERINGA PREENCHIDA USO: USO VETERINÁRIO	SERINGA 9.6G	20	R\$ 18,53	R\$ 370,60	410394
20	MATA BICHEIRA SPRAY COM COMPOSIÇÃO À BASE DE CLORPIRIFOS (CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,7%), DDPV (CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1%) E VIOLETA DE GENCIANA, COM AÇÃO LARVICIDA, REPELENTE E CICATRIZANTE. FRASCO AEROSSOL DE APROXIMADAMENTE 500 ML. TIPO MATA BICHEIRA LEPECID OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 500ML	100	R\$ 23,47	R\$ 2.347,00	446034
21	AGULHA HIPODÉRMICA; MATERIAL VETERINÁRIO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: 20 X 10 MM TIPO: AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	12	R\$ 7,98	R\$ 95,76	418947
22	OCITOCINA – USO VETERINÁRIO, 10 UI/ML, APRESENTAÇÃO INJETÁVEL.	FRASCO 5ML	1	R\$ 2,89	R\$ 2,89	439374
23	OXITETRACICLINA COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA AO DICLOFENACO SÓDICO CONCENTRAÇÃO: 20g/100mL+ 1g/100mL FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	10	R\$ 34,45	R\$ 344,50	411431
24	OXITETRACICLINA EM PÓ PARA AVES , TIPO TERRAMICINA EM PÓ SOLÚVEL (5,5G) COM ANTIGERM 77.	PACOTE 100G	15	R\$ 30,19	R\$ 452,85	409020
25	EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. PERMANGANATO DE POTÁSSIO- APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	10	R\$ 9,37	R\$ 93,70	327699
26	CICATRIZANTE, REPELENTE E LARVICIDA A BASE DE CIPERMETRINA E IMIDACLOPRIDA ASSOCIADO A SULFADIAZINA DE PRATA, COM PERÍODO DE CARÊNCIA PARA ABATE DE ANIMAIS TRATADOS DE ATÉ DOIS DIAS. TIPO GALMETRIM PLUS OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	SPRAY 500ML	10	R\$ 27,34	R\$ 273,40	411425

27	PROBIÓTICO COMPOSIÇÃO: S. CEREVISIAE + L. ACIDOPHILLUS + B. BIFIDUM OUTROS COMPONENTES: E. FAECIUM + L. PLANTARUM CONCENTRAÇÃO: MÍN. 3X10M5 + 3X10-7 + 3X10-7 + 1,6 X10-7 UFC/G FORMA FÍSICA: EM PASTA USO: USO VETERINÁRIO	(SERINGAS DE 34G)	6	R\$ 75,38	R\$ 452,28	427489
28	SALICILATO DE METILA APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO TÓPICA COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À PERCLORETO DE FERRO E IODO METÁLICO CONCENTRAÇÃO: 14 G + 1,5 G+ 1G	FRASCO 100ML	10	R\$ 23,59	R\$ 235,90	439488
29	SECRETOLÍTICO À BASE DE CLORIDRATO DE BROMEXINA INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO. TIPO ALIV V OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 50ML	6	R\$ 33,95	R\$ 203,70	410132
30	CAIXA COM 100 UNIDADES. SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO CAPACIDADE: 10 ML TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	CAIXA	6	R\$ 72,04	R\$ 432,24	439641
31	SOLUÇÃO À BASE DE IODO (IODOPOVIDONA 2500 PPM) PREVENTIVA CONTRA MASTITE BOVINA. TIPO IODO MASTIN DELAVAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE, FRASCO COM 5 LITROS.	FRASCO 5L	2	R\$ 337,69	R\$ 675,38	437193
32	SOLUÇÃO DE FORMOL A 37%. FORMALDEÍDO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR.	LITRO	6	R\$ 22,12	R\$ 132,72	362990
33	SULFANILAMIDA COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, TRICLORFON, VIT A E ÓLEO DE PINHO CONCENTRAÇÃO: 1 G + 10 G + 2 G + 30.000 UI + 0,4 ML FORMA FARMACÊUTICA: UNGUENTO APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO	POTE 150G	10	R\$ 149,84	R\$ 1.498,40	439484
34	SULFAQUINOXALINA SÓDICA EM PÓ PARA AVES. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 200GR, TIPO COCCIDINI 80 EM PÓ OU PRODUTO SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	PACOTE 200G	15	R\$ 186,91	R\$ 2.803,65	409327
35	SUSPENSÃO INTRAMAMÁRIA (BISNAGA), A BASE DE CEFTIOFUR, COMPOSIÇÃO NA FORMA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 12,5 MG/ML, FORMA FÍSICA USO VETERINÁRIO EM VACAS.	SERIMNGA 10ML	45	R\$ 19,30	R\$ 868,50	417081
36	TIOPENTAL SÓDICO DOSAGEM: 1 G APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	FRASCO-AMPOLA	15	R\$ 58,35	R\$ 875,25	278261
37	AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO COMPONENTES: CANHÃO EM LATÃO CROMADO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: 25 X 10 MM	UNIDADE	10	R\$ 7,91	R\$ 79,10	445875

38	AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO COMPONENTES: CANHÃO EM LATÃO CROMADO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: CERCA DE 20 X 20 MM	UNIDADE	10	R\$ 7,84	R\$ 78,40	482856
39	TÔNICO RECONSTITUINTE INJETÁVEL (ESTIMULANTE METABÓLICO), USO VETERINÁRIO, COM METARSILATO DE SÓDIO, CITRATO DE FERRO E SOLUÇÃO MILESIMAL DE ADRENALINA TIPO PHENODRAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	AMPOLA 15ML	10	R\$ 16,06	R\$ 160,60	450577
40	UNGUENTO DE USO VETERINÁRIO (POTE), COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE SULFANILAMIDA, TRICHLORPHON, ÓXIDO DE ZINCO, ÓLEO DE PINHO E VITAMINA A. TIPO UNGUENTO PEARSON OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 700G	10	R\$ 133,03	R\$ 1.330,30	445187
41	VACINA CONTRA BRONquite AVIÁRIA (CEPA H-120) - FRASCO COM 1.000 DOSES. BLISTER CONTENDO 01 FRASCO DE LIFILIZADO E 01 FRASCO DE DILUENTE ESPECIAL	FRASCO	2	R\$ 29,50	R\$ 59,00	439547
42	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA CONTRA CORIZA INFECCIOSA DAS AVES.	FRASCO	2	R\$ 242,12	R\$ 484,24	439546
43	EMBALAGEM DE 1ML. VACINA CONTRA ENCEFALOMIELE EQUINA, TÉTANO E INFLUENZA EQUINA I E II. TIPO: VACINA TRI- EQUI OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	40	R\$ 67,32	R\$ 2.692,80	462470
44	EMBALAGEM DE 20ML - CONTÉM 10 DOSES. VACINA CONTRA GARROTILO (ADENITE EQUINA), APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10 DOSES. TIPO: HERTAPE OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	4	R\$ 46,12	R\$ 184,48	446139
45	VACINA CONTRA GUMBORO (CEPA INTERMEDIÁRIA) PARA FRANGO DE CORTE E POEDEIRA- FRASCO COM 1000 DOSES.FRASCO DE VIDRO CONTENDO PASTILHA LIOFILIZADA	FRASCO	2	R\$ 25,41	R\$ 50,82	439517
46	VACINA CONTRA NEWCASTLE (CEPA LA SOTA) PARA FRANGO DE CORTE E POEDEIRA- FRASCO COM 1.000 DOSES. VACINA VIVA ATENUADA LIOFILIZADA FRASCO 2000 DOSES	FRASCO	2	R\$ 48,00	R\$ 96,00	439524
47	EMBALAGEM DE 50ML. VACINA CONTRA PARATIFO DOS BEZERROS, ENTEROTOXEMIA BOVINA E DIARRÉIA POR E. COLI, USO VETERINÁRIO.	FRASCO DE 50ML	10	R\$ 21,92	R\$ 219,20	439538
48	EMBALAGEM DE 100ML. VACINA CONTRA PARVOVIROSE/LEPTOSPIROSE E ERIPELA SUÍNA, TIPO FARROWSURE B GOLD OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	5	R\$ 47,43	R\$ 237,15	439507
49	EMBALAGEM DE 50ML. VACINA CONTRA RAIVA, INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO PARA BOVINOS, EQUÍNS, CAPRINOS E OVINS.	FRASCO	3	R\$ 14,61	R\$ 43,83	439541
50	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA CONTRA SALMONELOSE DAS AVES - FRASCO COM 1. E CONFIABILIDADE MÍNIMA DE 75% PARA PRODUÇÃO DE LEITE.	FRASCO	2	R\$ 161,50	R\$ 323,00	439567
51	EMBALAGEM CONTENDO 1.000 DOSES. VACINA FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO TIPO: VIVA LIOFILIZADA	FRASCO	2	R\$ 105,99	R\$ 211,98	439515

	COMPOSIÇÃO: POXVÍRUS CEPA FORTE					
52	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA SÊXTUPLA CONTRA SÍNDROME DA QUEDA DE POSTURA, NEWCASTLE, BRONQUITE INFECCIOSA, CORIZA INFECCIOSA TIPO A B E C.	FRASCO	1	R\$ 1.058,34	R\$ 1.058,34	474404
53	EMBALAGEM CONTENDO 25 DOSES. VACINA TIPO:VIVA ATENUADA, OUTROS COMPONENTES: B. ABORTUS CEPA RB-51, FORMA FARMACÊUTICA:SUSPENSÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO.	FRASCO	18	R\$ 66,17	R\$ 1.191,06	440668
54	EMBALAGEM CONTENDO 250ML. VACINA VETERINÁRIA CONTRA BOTULISMO, CARBÚNCULO SINTOMÁTICO, GANGRENA GASOSA ENTEROTOXEMIAS E MORTE SÚBITA DOS RUMINANTES. FORMA FÍSICA SUSPENSÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO P/BOVINOS, OVINOS E CAPRINOS. TIPO POLI-STAR OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.FRASCO DE 250 ML	FRASCO	8	R\$ 191,77	R\$ 1.534,16	474400
55	AZADIRACTINA, CONCENTRAÇÃO: 80% + 15% P,V DE ÓLEO DE NEEM E EXTRATOS VEGETAIS, FORMA FÍSICA: CONCENTRADO SOLÚVEL. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, APÓS A ENTREGA.	LITRO	40	R\$ 94,81	R\$ 3.792,40	390315
56	AGULHA DE SUTURA VETERINÁRIA, TRAUMÁTICA, EM FORMA DE S, PRODUZIDA EM AÇO INOX, TAMANHO 11 CM. REFERÊNCIA MARCA WALMUR OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	UNIDADE	40	R\$ 40,93	R\$ 1.637,20	411658
	TOTAL				R\$45.024,17	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze meses)** contados da data da **publicação da Ata de Registro de Preços no PNCP**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. **(SUPRESSÃO)** ~~O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.~~
- 1.6. **Havendo divergências entre as especificações dos itens descritas neste instrumento e o sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Termo de Referência. Tendo como base nos termos da tabela a cima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.1.1. Declaramos a essencialidade e o interesse público da contratação de acordo com a justificativa da necessidade apontada nos Estudos Técnicos Preliminares**
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e /ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.;
- 4.1.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, atender a todas as Determinações constantes da Instrução Normativa 01 /2010 e da Lei nº 12.305/2010.; e
- 4.1.3. Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas Especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição fina.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. **(SUPRESSÃO)** ~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...)~~

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. **(SUPRESSÃO)** ~~Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Da exigência de amostra

4.4. **(SUPRESSÃO)** ~~Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

4.5. ~~Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

- 4.5.1. [...];
- 4.5.2. [...]; e
- 4.5.3. [...].

4.6. ~~As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

4.7. ~~É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

4.8. ~~No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

4.9. ~~Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

- 4.9.1. Itens (...):
- 4.9.2. Itens (...):

4.10. ~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

4.11. ~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

4.12. ~~Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ~~XX (xxxxx)~~ dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~[A4]~~

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. **(SUPRESSÃO)** ~~Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisições de pronta entrega.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. **(SUPRESSÃO)** ~~Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:~~

~~4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12].~~

~~4.18.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

Margem de Preferência:

4.19. **(SUPRESSÃO)** ~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CIGS, por[A13] se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data do envio da nota de empenho, de acordo com a demanda do contratante, no prazo de vigência da ATA SRP (sistema de Registro de Preços) respeitando as quantidades máximas e mínimas conforme tabela no item 1.1.

5.1.2. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS.

5.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: identificação do produto, marca, fabricante, descrição detalhada do produto e/ou prazo de garantia;

5.2. As parcelas serão entregues conforme demanda dos setores solicitantes, a observar a quantidade solicitada, respeitando o prazo de entrega após solicitação, a que se refere o subitem anterior e conforme quantitativos na tabela do item 1.1.

			C. SÃO CRISTÓVÃO		C. PROPRIÁ		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	CATMAT

1	CICATRIZANTE VETERINÁRIO À BASE DE ALCATRÃO VEGETAL ESTERILIZADO, PARA USO EXTERNO. TIPO MIOSTHAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. FRASCO CONTENDO 300G. DICLORO DIVINIL PIRROLIDONA (D.D.V. P.) 3,000G ORTO-ORTO-DIMETIL-PARA-NITROFENIL-FOSFOROTIOATO 0,027G ALCATRÃO VEGETAL ESTERILIZADO Q.S.P. 100,0ML	FRASCO 300G	1	4			409758
2	ANTIBIÓTICO DE USO VETERINÁRIO, TÓPICO À BASE DE TERRAMICINA/HIDROCORTISONA SPRAY. TIPO TERRACORTIL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. FRASCO 74 G	FRASCO 74G /125mL	2	10			409021
3	ANTIPAPILOMATOSO À BASE CLOROBUTANOL 5 G INJETÁVEL. TIPO VERRUTRAT OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 20ML	2	10			425195
4	ANTIPARASITÁRIO VETERINÁRIO , À BASE DE CLORIDRATO DE LEVAMISOL, 75 G/100 ML, USO ORAL. TIPO RIPERCOL L SOLUÇÃO OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	LITRO	1	3	3	10	409334
5	BICARBONATO DE SÓDIO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À MAGNÉSIA CALCINADA, CARBONATO DE CÁLCIO OUTROS COMPONENTES: E SULFATO DE MAGNÉSIO CONCENTRAÇÃO: 10% + 5% + 5% + 80% APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL USO: USO VETERINÁRIO	500G	2	5			415525
6	BROMEXINA COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	1	6			410132
7	CETAMINA SAL QUÍMICO: CLORIDRATO CONCENTRAÇÃO*: 100 MG/ML FORMA FARMACÊUTICA*: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	2	10			407462
8	CLOPROSTENOL CONCENTRAÇÃO 250MG/ML, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO. TIPO PROLISE OU SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.	FRASCO 50ML	1	4			409117
9	CORANTE TIPO*: CONJUNTO COLORAÇÃO PARA CÉLULAS SANGUÍNEAS COMPONENTES: EOSINA AZUL DE METILENO E SOLUÇÕES RINSE	CONJUNTO (KIT CORANTE 3 UNIDADES 500ML)	1	2			441782
10	COUMAFÓS USO: USO VETERINÁRIO FORMA FÍSICA: EM PÓ TÓPICO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO PROPOXUR CONCENTRAÇÃO: 3% + 2%	FRASCO 200G	2	12			409931
11	CREME DE USO VETERINÁRIO À BASE DE SALICILATO DE METILA, CONTENDO MÍNIMO DE 4% DE SALICILATO DE METILA, 1,7 % DE BÁLSAMO DO PERU, 1,8 % DE EXTRATO DE BELADONA E 1,0 % DE CÂNFORA. TIPO CALMINEX OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	BISNAGA (200G)	2	12			409286
	DDVP Chlorfenvinphos associado a Dichlorvos						

12	CONCENTRAÇÃO: 0,52G/100mL + 0,83G/100mL FORMA FARMACÊUTICA: AEROSSOL APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 500ML	30	100			445287
13	EMBALAGEM CONTENDO 250ML. DELTAMETRINA CONCENTRAÇÃO: À 2,5% FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO PARA PULVERIZAÇÃO TÓPICA USO: USO VETERINÁRIO.	UNIDADE	2	10			422833
14	DETOMIDINA CLORIDRATO 1% , CONCENTRAÇÃO: A 1%; FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL; USO*: USO VETERINÁRIO.	FRASCO 10ML	1	10			409730
15	DIACETURATO DE DIMINAZENO COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À VIT. B12 E ANTIPIRINA CONCENTRAÇÃO: 4% + 40 MCG + 40% FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	1	7			411465
16	EXTRATO DE HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE (FSH) INJETÁVEL, PARA USO VETERINÁRIO EM PROTOCOLOS DE IATF DE BOVINOS. TIPO FOLLTROPIN V OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 20ML	1	2			446117
17	FIO DE SUTURA AGULHADO, MATERIAL FIO: POLIGLACTINA VIOLETA; MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR; COMPONENTE FIO: RÁPIDA ABSORÇÃO; DIÂMETRO FIO: 0 /1-0; COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO AGULHA: AGULHA 5/8 CÍRCULO; MODELO AGULHA: CILÍNDRICA; COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 26 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL; CAIXA COM 12 UNIDADES.	UNIDADE	1	1			604832
18	HEMOSTÁTICO TÓPICO À BASE Iodo, Percloroeto de Ferro e Tricloroetifosfonato (Triclorfon) USO VETERINÁRIO, TÓPICO. TIPO FRIEZOL ESTANKASANGUE OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 250ML	2	20			439488
19	COMPONENTES: ASSOCIADO AO PRAZIQUANTEL E VITAMINA E CONCENTRAÇÃO*: 0,120G + 1,5G + 0,6G FORMA FARMACÊUTICA*: GEL ORAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EM SERINGA PREENCHIDA USO: USO VETERINÁRIO	SERINGA 9.6G	2	20			410394
20	MATA BICHEIRA SPRAY COM COMPOSIÇÃO À BASE DE CLORPIRIFOS (CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,7%), DDPV (CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1%) E VIOLETA DE GENCIANA, COM AÇÃO LARVICIDA, REPELENTE E CICATRIZANTE. FRASCO AEROSSOL DE APROXIMADAMENTE 500 ML. TIPO MATA BICHEIRA LEPECID OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 500ML	30	100			446034
21	AGULHA HIPODÉRMICA; MATERIAL VETERINÁRIO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: 20 X 10 MM TIPO: AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO	UNIDADE	2	12			418947
22	OCITOCINA – USO VETERINÁRIO, 10 UI/ML, APRESENTAÇÃO INJETÁVEL.	FRASCO 5ML	1	1			439374
	OXITETRACICLINA						

23	COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA AO DICLOFENACO SÓDICO CONCENTRAÇÃO: 20g/100mL+ 1g/100mL FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL USO*: USO VETERINÁRIO	FRASCO 50ML	1	10			411431
24	OXITETRACICLINA EM PÓ PARA AVES , TIPO TERRAMICINA EM PÓ SOLÚVEL (5,5G) COM ANTIGERM 77.	PACOTE 100G	2	15			409020
25	EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. PERMANGANATO DE POTÁSSIO- APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	5	10			327699
26	CICATRIZANTE, REPELENTE E LARVICIDA A BASE DE CIPERMETRINA E IMIDACLOPRIDA ASSOCIADO A SULFADIAZINA DE PRATA, COM PERÍODO DE CARÊNCIA PARA ABATE DE ANIMAIS TRATADOS DE ATÉ DOIS DIAS. TIPO GALMETRIM PLUS OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	SPRAY 440ML	2	10			411425
27	PROBIÓTICO COMPOSIÇÃO: S. CEREVISIAE + L. ACIDOPHILLUS + B. BIFIDUM OUTROS COMPONENTES: E. FAECIUM + L. PLANTARUM CONCENTRAÇÃO: MÍN. 3X10 ⁵ + 3X10 ⁻⁷ + 3X10 ⁻⁷ + 1,6 X10 ⁻⁷ UFC/G FORMA FÍSICA: EM PASTA USO: USO VETERINÁRIO	(SERINGAS DE 34G)	1	6			427489
28	SALICILATO DE METILA APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO TÓPICA COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À PERCLORETO DE FERRO E IODO METÁLICO CONCENTRAÇÃO: 14 G + 1,5 G+ 1G	FRASCO 100ML	2	10			439488
29	SECRETOLÍTICO À BASE DE CLORIDRATO DE BROMEXINA INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO. TIPO ALIV V OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 50ML	1	6			410132
30	CAIXA COM 100 UNIDADES. SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO CAPACIDADE: 10 ML TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	CAIXA	1	5	1	1	439641
31	SOLUÇÃO À BASE DE IODO (IODOPOVIDONA 2500 PPM) PREVENTIVA CONTRA MASTITE BOVINA. TIPO IODO MASTIN DELAVAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE, FRASCO COM 5 LITROS.	FRASCO 5L	1	2			437193
32	SOLUÇÃO DE FORMOL A 37%. FORMALDEÍDO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR.	LITRO	1	6			362990
33	SULFANILAMIDA COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ZINCO, TRICLORFON, VIT A E ÓLEO DE PINHO CONCENTRAÇÃO: 1 G + 10 G + 2 G + 30.000 UI + 0,4 ML FORMA FARMACÊUTICA: UNGUENTO APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO	POTE 150G	2	10			439484
	SULFAQUINOXALINA SÓDICA EM PÓ PARA AVES.						

34	APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 200GR, TIPO COCCIDINI 80 EM PÓ OU PRODUTO SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	PACOTE 200G	1	15			409327
35	SUSPENSÃO INTRAMAMÁRIA (BISNAGA), A BASE DE CEFTIOFUR, COMPOSIÇÃO NA FORMA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 12,5 MG/ML, FORMA FÍSICA USO VETERINÁRIO EM VACAS.	SERIMNGA 10ML	5	20	5	25	417081
36	TIOPENTAL SÓDICO DOSAGEM: 1 G APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	FRASCO-AMPOLA	1	15			278261
37	AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO COMPONENTES: CANHÃO EM LATÃO CROMADO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: 25 X 10 MM	UNIDADE	2	10			445875
38	AGULHA HIPODÉRMICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BISEL TRIFACETADO COMPONENTES: CANHÃO EM LATÃO CROMADO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÃO: CERCA DE 20 X 20 MM	UNIDADE	2	10			482856
39	TÔNICO RECONSTITUINTE INJETÁVEL (ESTIMULANTE METABÓLICO), USO VETERINÁRIO, COM METARSILATO DE SÓDIO, CITRATO DE FERRO E SOLUÇÃO MILESIMAL DE ADRENALINA TIPO PHENODRAL OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	AMPOLA 15ML	2	10			450577
40	UNGUENTO DE USO VETERINÁRIO (POTE), COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE SULFANILAMIDA, TRICHLORPHON, ÓXIDO DE ZINCO, ÓLEO DE PINHO E VITAMINA A. TIPO UNGUENTO PEARSON OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO 700G	2	10			445187
41	VACINA CONTRA BRONquite AVIÁRIA (CEPA H-120) - FRASCO COM 1.000 DOSES. BLISTER CONTENDO 01 FRASCO DE LIFILIZADO E 01 FRASCO DE DILUENTE ESPECIAL	FRASCO	1	2			439547
42	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA CONTRA CORIZA INFECCIOSA DAS AVES.	FRASCO	1	2			439546
43	EMBALAGEM DE 1ML. VACINA CONTRA ENCEFALOMIELEITE EQUINA, TÉTANO E INFLUENZA EQUINA I E II. TIPO: VACINA TRI- EQUI OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	5	40			462470
44	EMBALAGEM DE 20ML - CONTÉM 10 DOSES. VACINA CONTRA GARROTILO (ADENITE EQUINA), APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10 DOSES. TIPO: HERTAPE OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	1	4			446139
45	VACINA CONTRA GUMBORO (CEPA INTERMEDIÁRIA) PARA FRANGO DE CORTE E POEDEIRA- FRASCO COM 1000 DOSES.FRASCO DE VIDRO CONTENDO PASTILHA LIOFILIZADA	FRASCO	1	2			439517
46	VACINA CONTRA NEWCASTLE (CEPA LA SOTA) PARA FRANGO DE CORTE E POEDEIRA- FRASCO COM 1.000 DOSES. VACINA VIVA ATENUADA LIOFILIZADA FRASCO 2000 DOSES	FRASCO	1	2			439524
47	EMBALAGEM DE 50ML. VACINA CONTRA PARATIFO DOS BEZERROS, ENTEROTOXEMIA BOVINA E DIARRÉIA POR E. COLI, USO VETERINÁRIO.	FRASCO DE 50ML	1	10			439538

48	EMBALAGEM DE 100ML. VACINA CONTRA PARVOVIROSE /LEPTOSPIROSE E ERIPELA SUÍNA, TIPO FARROWSURE B GOLD OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	1	5			439507
49	EMBALAGEM DE 50ML. VACINA CONTRA RAIVA, INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO PARA BOVINOS, EQUÍNOS, CAPRINOS E OVINOS.	FRASCO	1	3			439541
50	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA CONTRA SALMONELOSE DAS AVES - FRASCO COM 1. E CONFIABILIDADE MÍNIMA DE 75% PARA PRODUÇÃO DE LEITE.	FRASCO	1	2			439567
51	EMBALAGEM CONTENDO 1.000 DOSES. VACINA FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO TIPO: VIVA LIOFILIZADA COMPOSIÇÃO: POXVÍRUS CEPA FORTE	FRASCO	1	2			439515
52	EMBALAGEM DE 500ML - CONTÉM 1.000 DOSES. VACINA SÊXTUPLA CONTRA SÍNDROME DA QUEDA DE POSTURA, NEWCASTLE, BRONQUITE INFECCIOSA, CORIZA INFECCIOSA TIPO A B E C.	FRASCO	1	1			474404
53	EMBALAGEM CONTENDO 25 DOSES. VACINA TIPO:VIVA ATENUADA, OUTROS COMPONENTES: B. ABORTUS CEPA RB-51, FORMA FARMACÊUTICA:SUSPENSÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO.	FRASCO	1	8	2	10	440668
54	EMBALAGEM CONTENDO 250ML. VACINA VETERINÁRIA CONTRA BOTULISMO, CARBÚNCULO SINTOMÁTICO, GANGRENA GASOSA ENTEROTOXEMIAS E MORTE SÚBITA DOS RUMINANTES. FORMA FÍSICA SUSPENSÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO P/BOVINOS, OVINOS E CAPRINOS. TIPO POLI-STAR OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE. FRASCO DE 250 ML	FRASCO	1	8			474400
55	AZADIRACTINA, CONCENTRAÇÃO: 80% + 15% P,V DE ÓLEO DE NEEM E EXTRATOS VEGETAIS, FORMA FÍSICA: CONCENTRADO SOLÚVEL. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, APÓS A ENTREGA.	LITRO	2	20	2	20	390315
56	AGULHA DE SUTURA VETERINÁRIA, TRAUMÁTICA, EM FORMA DE S, PRODUZIDA EM AÇO INOX, TAMANHO 11 CM. REFERÊNCIA MARCA WALMUR OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE.	UNIDADE	2	10	2	10	411658

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.4.1. Campus São Cristóvão: Rodovia BR 101, Km 96, s/n Povoado, São Cristóvão - SE, CEP: 49100- 000.

5.4.2. Campus Propriá: Rodovia Prestes Maia, KM 164, Cedro de São João, Propriá - SE, CEP: 49.900-000

5.5. **(SUPRESSÃO)** ~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. O contrato será substituído por instrumento equivalente (carta-contrato, nota de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), conforme art. 95,II, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independente de seu valor.

~~6.2. (SUPRESSÃO) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.~~

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

~~6.5. (SUPRESSÃO) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.~~

Fiscalização

~~6.6. (SUPRESSÃO) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.~~

Fiscalização Técnica

~~6.7. (SUPRESSÃO) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.~~

~~6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.~~

~~6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.~~

~~6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.~~

~~6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.~~

~~6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.~~

Fiscalização Administrativa

~~6.13. (SUPRESSÃO) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.~~

~~6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.~~

~~6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.~~

Gestor do Contrato

~~6.16. (SUPRESSÃO) Cabe ao gestor do contrato:~~

~~6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;~~

~~6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;~~

~~6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;~~

~~6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;~~

~~6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;~~

~~6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;~~

~~6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;~~

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias

7.2.4.2. **(SUPRESSÃO)** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. **(SUPRESSÃO)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA]; **(SUPRESSÃO)**

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo **almoxarifado**, para efeito de posterior verificação **pelo requisitante** de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18.1. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.18.2. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. **(SUPRESSÃO)** A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

~~8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:[A8]

~~— 8.36.1.comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente:[A9]~~

~~— 8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%. [A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

8.38. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.39. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.40. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

8.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.45.1 Será utilizado o IPCA, que é a própria inflação, por não haver um índice setorial específico para o objeto em questão, além de se tratar da aquisição de bens de consumo. Ademais, o IPCA reflete as variações dos preços finais de venda, se adequando a este modelo que inclui apenas o fornecimento do produto.

8.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.47. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.48. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.49. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Ato de autorização para o exercício da atividade distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso veterinário: Certificado de registro de estabelecimento expedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Decreto nº 5.053/2004 e Decreto nº 8.448/2015.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. ~~(SUPRESSÃO) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);~~

~~9.24.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;~~

~~9.24.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.~~

~~9.24.3. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].[A11]~~

~~9.24.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.~~

~~9.25.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A12]~~

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. o atestado deverá conter a razão social, CNPJ e telefone da empresa ou órgão público que o emitiu, nome e qualificação do signatário bem como o prazo de vigência do contrato de fornecimento (se houver); e

9.31.1.2. quantitativos fornecidos similares aos deste termo de referência;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31.5. Não serão aceitas descrições genéricas (como por exemplo "atestado compatível com o objeto deste certame"), que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado.

9.31.6. No caso de exercício de atividade de distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso veterinário: Certificado de registro de estabelecimento expedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Decreto nº 5.053/2004 e Decreto nº 8.448/2015..

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 45.024,17 (quarenta e cinco mil, vinte e quatro reais e dezessete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. **(SUPRESSÃO)** ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~
- ~~i) Gestão/unidade: [...];~~
 - ~~ii) Fonte de recursos: [...];~~
 - ~~iii) Programa de trabalho: [...];~~
 - ~~iv) Elemento de despesa: [...], e~~
 - ~~v) Plano interno: [...].~~
- 11.3. **(SUPRESSÃO)** ~~A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~
- 10.4.A licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preço.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Cristóvão, 10 de outubro de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis , contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. **(SUPRESSÃO)** ~~Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

4.1.18. **(SUPRESSÃO)** ~~Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

4.1.19. **(SUPRESSÃO)** ~~Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

4.1.20. **(SUPRESSÃO)** ~~Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

4.1.21. **(SUPRESSÃO)** ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. [A4]~~

4.1.22. **(SUPRESSÃO)** ~~Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho [A5];~~

4.1.23. **(SUPRESSÃO)** ~~Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

4.1.24. **(SUPRESSÃO)** ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

4.1.25. **(SUPRESSÃO)** ~~Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

4.1.26. **(SUPRESSÃO)** ~~Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Sergipe, Seção Judiciária de Aracaju para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20.....*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

_____ (*Nome e Cargo do Representante Legal*)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro necessária a contratação

CHRISTIAN ALLEY DE ARAGAO ALMEIDA

Gerente de Produçãoi



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 11:26:53.

Despacho: Declaro necessária a referida contratação

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 11:33:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP158134_000008_2025.pdf (102.53 KB)